poderá ser destituído, com ou sem justa causa, antes do final de seu mandato, pelo voto favorável de 5 (cinco) dos 6 (seis) membros do Conselho de Administração. Qualquer outro membro da Diretoria poderá ser destituído, com ou sem justa causa, conforme proposto pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração, em qualquer caso, mediante voto favorável de cinco dos seis membros do Conselho de Administração. **Capítulo VII - Conselho Fiscal: Artigo 24** - O Conselho Fiscal da Companhia terá caráter não permanente. Quando instalado, por decisão da Assembleia geral por solicitação de qualquer acionista, conforme aplicável nos casos previstos pela LSA, o Conselho Fiscal terá as atribuições e poderes previstos em lei. **Artigo 25** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros permanentes e igual número de suplentes, que podem ou não ser acionistas, eleitos pela Assembleia geral. **Capítulo VIII - Disposições sobre Indenização e Isenção de Responsabilidade: Artigo 26** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não serão responsáveis perante a Companhia, suas acionistas ou terceiros por danos materiais causados em relação ao exercício de suas funções em seus cargos como membros desses órgãos, no limite permitido pela lei aplicável. **Parágrafo Primeiro** - Cada pessoa (e herdeiros, testamentários ou administradores de tal pessoa), que foi ou é parte ou está na iminência de se tornar parte de, ou está envolvida em qualquer ação, demanda ou processo iminente, seja civil, criminal, administrativo ou investigativo, em razão do fato de essa pessoa ser ou ter sido membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia e servir ou ter servido a pedido da Companhia como conselheiro ou diretor de outra sociedade, parceria, joint venture, trust ou outra empresa deverá ser indenizada e mantida indene de responsabilidade pela Companhia, no limite permitido pela lei aplicável. O direito à indenização conferido neste Artigo 26 deverá incluir também o pagamento pela Companhia das despesas incorridas em relação a qualquer procedimento prévio à sua disposição final no limite autorizado pela legislação aplicável. O direito à indenização atribuído no presente Artigo 26 será um direito contratual. **Parágrafo Segundo** - Os direitos e prerrogativas conferidos neste Artigo 26 não excluem outros direitos que qualquer pessoa possa de outro modo ter ou vir a adquirir. **Parágrafo Terceiro** - A alteração ou revogação do presente Artigo 26, ou, no limite do permitido pela lei aplicável, qualquer alteração de lei não prejudicará qualquer direito ou proteção de qualquer pessoa concedido por força do presente existentes no, ou decorrentes do, ou relacionados a qualquer evento, ato ou omissão que ocorreu antes do momento da alteração, revogação, aprovação ou modificação (independentemente do momento em que um processo (ou parte dele) relativo a esse evento, ato ou omissão surgir ou der o primeiro sinal de surgimento, início ou conclusão). **Artigo 27** - A Companhia deve adquirir e manter por seu próprio custo seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores em favor dos atuais e antigos membros do Conselho de Administração e da Diretoria nos termos e condições usuais do setor em que a Companhia atua. **Capítulo IX - Exercício Social, Distribuições e Reservas: Artigo 28** - O exercício social da Companhia terá início em 1º de abril e terminará em 31 de março de cada ano. Ao final de cada exercício social, as demonstrações financeiras serão elaboradas no encerramento do exercício social, e serão apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia geral, de acordo com as disposições legais aplicáveis e este Estatuto Social. **Artigo 29** - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício social, a Diretoria deverá submeter ao Conselho de Administração, e tal órgão deverá deliberar e submeter à Assembleia Geral, uma proposta para a destinação do lucro líquido apurado no exercício social, calculado após as deduções e ajustes previstos na LSA, observada a seguinte ordem de destinação, salvo decisão em contrário dos Acionistas, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e da legislação aplicável: (i) primeiro, 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até atingir o menor valor dentre (x) 20% (vinte por cento) do capital social ou (y) 30% (trinta por cento) do capital social acrescido de contribuições que ultrapassem a importância destinada à formação do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital, exceder o menor dentre os valores de (x) e (y), não será obrigatória a alocação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) segundo, o valor necessário para o pagamento de dividendos fixos das ações preferenciais Classe D, que será variável e calculado de acordo com as regras previstas pelo Anexo I a este Estatuto Social; (iii) terceiro, o valor necessário para o pagamento dos dividendos fixos das ações preferenciais Classe E, no valor de R\$ 0,01 (um centavo) a cada grupo de 1.000.000 (um milhão) de ações; (iv) quarto, o valor necessário para o pagamento, em condições de igualdade, dos dividendos fixos das ações preferenciais Classe A, no valor de R\$ 0,01 (um centavo) por ação, conforme estabelecido no Parágrafo 5º do Artigo 5º deste Estatuto Social; (v) quinto, o valor necessário para o pagamento dos dividendos obrigatórios às Ações Ordinárias, que não pode ser inferior, em cada exercício social, a 1% (um por cento) do lucro líquido anual ajustado, conforme estabelecido no Artigo 202 da LSA; (vi) sexto, até 80% (oitenta por cento) do lucro líquido para a constituição de uma reserva estatutária para operações e novos investimentos/projetos ("Reserva Estatutária"), que não poderá exceder o percentual de 80% (oitenta por cento) do

capital social, observado que o valor a ser destinado a cada exercício para essa reserva deve ser aprovado pelos titulares de 80% (oitenta por cento) do capital social votante da Companhia; e (vii) sétimo, o pagamento do valor restante a título de dividendos complementares às Ações Ordinárias ou na forma de qualquer outra distribuição que possa ser determinada em Assembleia geral. **Parágrafo Único** - Por decisão da Assembleia geral, os dividendos pagos anualmente ou de forma intermediária (e nesse caso, tal como previsto neste Artigo 29), poderão ser pagos como juros sobre capital próprio. **Artigo 30** - Os dividendos atribuídos às acionistas não poderão ser pagos após o período máximo estabelecido por lei. **Artigo 31** - Nos termos do Artigo 204 da LSA, a Companhia poderá elaborar balanços semestrais ou mensais, e, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar dividendos intermediários à conta do lucro registrado nesses balanços, a serem deduzidos do lucro total a ser distribuído no final do respectivo exercício social, observados os limites previstos em lei. **Parágrafo Primeiro** - Além disso, com base em proposta apresentada ao Conselho de Administração, as Acionistas poderão decidir sobre a declaração de dividendos, incluindo dividendos intermediários, com base em lucros acumulados ou valores registrados em Reserva Estatutária na data do último balanço anual laborado. **Parágrafo Segundo** - Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio distribuídos às acionistas deverão ser sempre creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório previsto no item (vi) do Artigo 29. **Capítulo X - Da Liquidação: Artigo 32** - A Companhia não pode dissolver-se ou entrar em liquidação, salvo nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger, além do(s) liquidante(s), os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo XI - Arbitragem: Artigo 33** - Todos os direitos e obrigações das acionistas entre elas e perante a Companhia decorrentes da condição delas de acionistas da Companhia, ou da Companhia em relação a elas, serão regidos pelas leis da República Federativa do Brasil. Quaisquer controvérsias ("Controvérsias") oriundas de, ou relacionadas a este Estatuto Social serão submetidas à resolução final por arbitragem nos termos das regras de arbitragem da ICC ("Regras"), as quais serão consideradas Incorporadas por referência a este Artigo 33. **Artigo 34** - O tribunal será composto por três árbitros, dois dos quais serão nomeados pelas respectivas partes e o terceiro, que atuará como presidente, deverá ter nacionalidade de um Estado Membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (exceto dos Estados Unidos da América, da Inglaterra e da Holanda) e nomeado em conjunto pelos dois outros árbitros (mas na falta de um acordo no prazo de 30 dias após a nomeação do segundo árbitro, o terceiro árbitro será nomeado pelo ICC). A sede da arbitragem será em São Paulo, Brasil, e o idioma da arbitragem será o inglês. **Artigo 35** - As partes concordam que o tribunal arbitral poderá emitir medidas de caráter provisional da mesma forma que pode emitir o laudo final. **Artigo 36** - Sem prejuízo dos poderes conferidos aos árbitros pelas Regras, leis ou outros instrumentos, o árbitro poderá, a qualquer tempo, com base em provas escritas e nas alegações apenas das partes, emitir um laudo arbitral em favor do requerente (ou do requerido se for uma reconvenção) em relação a quaisquer alegações (ou reconvenções), contra o qual não haja argumentos razoáveis de defesa, seja no todo ou quanto ao montante de quaisquer danos ou quaisquer outras quantias a serem concedidas. **Artigo 37** - As acionistas renunciam a todos os direitos e recursos judiciais, no limite permitido por lei para validamente renunciar a tais direitos. **Capítulo XII - Disposições Gerais e Transitórias: Artigo 38** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações. **Anexo I - Modelo de Cálculo das Distribuições e Resgate das Ações Preferenciais Classe D:** Para efeitos do presente Anexo as seguintes definições serão aplicáveis: "Imposto sobre a Renda" significa o IRPJ e a CSLL, e quaisquer outros Tributos que venham a ser criados no Brasil para substituir o IRPJ e/ou a CSLL, e/ou que incida sobre os rendimentos ou lucros auferidos por empresas brasileiras. "Base Tributável do Imposto sobre a Renda" significa, para qualquer sociedade em qualquer Período de Apuração do Imposto sobre a Renda, para os fins do IRPJ, seu lucro real para o Período de Apuração do Imposto sobre a Renda e, para os fins da CSLL, a base de cálculo da CSLL para esse Período de Apuração do Imposto sobre a Renda. "Período de Apuração do Imposto sobre a Renda" significa cada período tributável para efeitos de Imposto sobre a Renda, incluindo cada ano civil com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro e, quando o contexto assim o exigir, qualquer período menor a partir da data de adoção deste Estatuto Social e qualquer período mais curto com início em 1º de janeiro e término na data de dissolução da Companhia. "CSLL" significa a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. "Ágio" significa qualquer "ágio na aquisição de investimentos" na contribuição de um acionista ou contabilizado por uma acionista em ou antes de 30 de junho de 2010 para efeitos de Imposto sobre a Renda e cujo valor será determinado imediatamente na data da adoção deste Estatuto Social, como se o Período de Apuração do Imposto sobre a Renda terminasse em tal data (ou, no caso de tal ágio ainda não estar sujeito a amortização para efeitos de Imposto sobre a Renda em tal data, na data em que o ágio se tornar objeto de amortização para

efeitos de Imposto sobre a Renda, por meio de uma fusão ou outra operação). "Ágio de Prejuízo Fiscal" significa qualquer Prejuízo Fiscal de uma sociedade gerado após a data de aprovação deste Estatuto Social, na medida em que tal Prejuízo Fiscal foi atribuído à amortização do ágio. "Autoridade Governamental" significa qualquer governo internacional, nacional ou supranacional, qualquer estado, província ou qualquer outra subdivisão política ou local de tal lugar, qualquer sociedade, autoridade ou órgão com funções executivas, legislativas, judiciárias, regulatórias ou administrativas (incluindo funções relacionadas à auditoria, instituição, avaliação, gestão e cobrança de impostos) do, ou pertencentes ao, governo, incluindo qualquer autoridade governamental, agência, departamento, conselho, comissão ou instrumentalidade de qualquer nação ou jurisdição, ou qualquer subdivisão política dessas ou qualquer tribunal. "IRPJ" significa Imposto de Renda Pessoa Jurídica. "Prejuízo Fiscal" significa perda líquida operacional futura (prejuízo fiscal com relação ao IRPJ, e base de cálculo negativa de CSLL com relação à CSLL). "Prejuízo Fiscal Pré-Fechamento" significa qualquer Prejuízo Fiscal de qualquer sociedade direta ou indiretamente contribuída por uma acionista, existente imediatamente antes da data de adoção deste Estatuto Social, como se o Período de Apuração do Imposto sobre a Renda terminasse naquela mesma data. "Tributos" significa quaisquer tributos passados, presentes ou futuros, incluindo (sem limitação) IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e ICMS e todos e quaisquer tributos, sobretaxas, taxas adicionais, incidências, consumos, impostos alfandegários, encargos, contribuições, contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico, encargos, tarifas, taxas, deduções ou retenções de qualquer natureza (incluindo quaisquer multas, penalidades, acréscimos ou juros relacionados) que sejam impostos, incidentes, cobrados, retidos, assumidos, avaliados por pagáveis a qualquer Autoridade Governamental, e que sejam incidentes (sem limitação) sobre a renda, patrimônio líquido, receitas, lucros, faturamento, ganhos de capital, importações, exportações, serviços, consumo, royalties, propriedade e transferência de imóveis, doações, depósitos em contas bancárias e saques, operações de câmbio, operações de crédito, operações relativas a títulos e valores mobiliários, operações relativas a operações de seguro, bem como impostos "verdes" ou ambientais, imposto sobre valor agregado, e qualquer outro imposto sobre operações ou faturamento. "Econômias Fiscais" significa, para cada subsidiária da Companhia em qualquer Período de Apuração do Imposto sobre a Renda, a combinação das alíquotas de Imposto sobre a Renda aplicáveis, multiplicada pela somatória: (a) da dedução, por essa sociedade, para amortização do Ágio na medida em que essa dedução não resulte em uma Base Tributável do Imposto sobre a Renda inferior a zero, e (b) das deduções de Prejuízo Fiscal dessa sociedade, na medida atribuída a qualquer Ágio de Prejuízo Fiscal ou Prejuízo Fiscal, entendendo-se que, para esse fim, qualquer dedução de Prejuízo Fiscal deve ser atribuída, em primeiro lugar, a qualquer Ágio de Prejuízo Fiscal, em segundo lugar, a qualquer Prejuízo Fiscal Pré-Fechamento e, posteriormente, a qualquer Prejuízo Fiscal gerado após a data de aprovação deste Estatuto Social que não seja um Ágio de Prejuízo Fiscal, observado que a Base Tributável do Imposto sobre a Renda de cada subsidiária da Companhia, calculada para os fins dos parágrafos (a) e (b) acima, deve ser os valores hipotéticos calculados de acordo com esses parágrafos pela descon sideração das despesas da sociedade com Juros sobre Capital Próprio. "CDI" significa a taxa média anual (considerando um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias que não sejam sábados, domingos ou dias em que os bancos comerciais localizados na cidade de São Paulo, SP, Brasil estão obrigados ou autorizados por Lei a permanecerem fechados para negócios) com respeito a operações com CDI (Certificados de Depósito Interbancário), com vencimento em um dia que não seja um sábado, domingo ou um dia em que os bancos comerciais localizados na cidade de São Paulo, SP, Brasil estão obrigados ou autorizados por lei a permanecerem fechados para negócios (over), calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Mercados Organizados, cujo fator diário é arredondado até a segunda casa decimal ou, se extinta, uma taxa equivalente que venha a substituí-la. Os valores dos dividendos fixos devidos a cada ano às ações preferenciais Classe D deverão ser calculados da seguinte forma: (a) Dividendos das ações preferenciais Classe D. Para cada Período de Apuração do Imposto sobre a Renda, as ações preferenciais Classe D terão direito ao recebimento de dividendos fixos anuais iguais, no agregado, a: (i) o montante mínimo de R\$ 729.412,00 (setecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e doze reais); e (ii) o montante máximo de R\$ 1.094.118,00 (um milhão, noventa e quatro mil, cento e dezoito reais), devendo o valor exato dos dividendos fixos anuais ser decidido em Assembleia geral. (b.1) No exercício social a se encerrar em 31 de março de 2015, os dividendos das ações preferenciais Classe D terão o valor total de R\$ 790.550,00 (setecentos e noventa mil, quinhentos e cinquenta reais); e (b.2) A partir do exercício social encerrado em 31 de março de 2016, os dividendos das ações preferenciais Classe D mínimos e máximos, indicados nas alíneas (i) e (ii) deste item (c) e devidos à acionista titular de tais ações, passarão ser atualizados anualmente pelo CDI, considerando 31 de março de 2016 como data inicial para atualização." **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Certifico o Arquivamento em 17/03/2021 sob o número 0004032979. Protocolo: 00-2021/067788-0 em 16/03/2021. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.**

Id: 2305238

HYDRIA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ nº 07.655.515/0001-79

Demonstrações Financeiras exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial		Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	
Ativo	609.117	593.834	652.111	700.912	
Circulante	21.533	15.695	111.605	64.343	
Caixa e equivalentes de caixa	1.823	8.124	85.001	39.229	
Contas a receber de clientes	-	-	18.247	16.769	
Tributos a recuperar	-	-	7.153	7.362	
Dividendos a receber	19.540	7.280	-	-	
Outros ativos	170	291	1.204	983	
Não circulante	587.584	578.139	540.506	636.569	
Tributos a recuperar	1.620	1.492	30.174	35.845	
TVM	26.347	27.047	42.040	43.861	
Partes relacionadas	18.568	16.224	2.280	493	
Depósitos Judiciais	-	-	1.397	2.396	
Outros valores a receber	1.217	1173	1.221	1.181	
Investimentos	539.813	531.924	-	-	
Imobilizado	219	279	463.394	497.749	
Intangível	-	-	-	55.044	
Passivo e patrimônio líquido	609.117	593.834	652.111	700.912	
Circulante	20.238	1.777	96.512	62.503	
Empréstimos e financiamentos	1.346	1.732	51.391	50.071	
Fornecedores	18	14	868	1.135	
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	40	30	1.161	1.496	
Provisão de passivo socioambiental	-	-	228	371	
Provisão MCP	-	-	8.574	5.079	
Dividendos a pagar	18.828	-	18.828	-	
I.R. e C.S. diferidos	-	-	-	4.061	
Regulatório	-	-	-	15.337	
Outros passivos	6	1	125	290	
Não circulante	92.465	90.200	59.185	136.552	
Empréstimos e financiamentos	50.000	50.000	54.170	106.190	
Partes relacionadas	42.465	40.200	-	-	
Provisão de passivo socioambiental	-	-	2.456	1.763	
Provisão para contingências	-	-	683	28.599	
Outros	-	-	1.876	-	
Total do passivo	112.703	91.977	155.697	199.055	
Patrimônio líquido	496.414	501.857	496.414	501.857	
Capital social	446.812	509.497	446.812	509.497	
Prejuízos acumulados	-	(33.064)	-	(33.064)	
Reservas de dividendos a distribuir	45.711	-	45.711	-	
Reserva legal	3.891	-	3.891	-	
Reserva de reavaliação	-	25.424	-	25.424	

Demonstração dos resultados		Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	
Receita de vendas	-	-	178.483	172.932	
Custo da venda de energia elétrica	-	-	(73.495)	(73.236)	
Lucro bruto	-	-	102.988	99.702	
Despesas gerais e administrativas	(1.018)	(1.204)	(10.252)	(8.993)	
Honorários da diretoria	(233)	(263)	(1.193)	(1.441)	
Outras receitas (desp.) operacionais, líquidas	1	24	408	459	
Equivalência Patrimonial	82.274	73.481	-	-	
Lucro (prejuízo) operacional	81.024	72.038	91.951	89.727	
Receitas financeiras	796	900	2.077	3.696	
Despesas financeiras	(4.006)	(2.284)	(10.580)	(17.673)	
Despesas financeiras, líquidas	(3.210)	(1.384)	(8.503)	(13.977)	
Lucro antes do I.R. e da C.S.	77.814	70.654	83.448	75.750	
I.R. e C.S.	-	-	(5.634)	(5.096)	
Lucro líquido do exercício	77.814	70.654	77.814	70.654	
Ações em circul. no final do exerc. (em milhares)	509.497	509.497	509.497	509.497	
Lucro líquido do exercício por ações do capital social no fim do exercício	0,1527	0,1387	0,1527	0,1387	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Reserva de Reavaliação		Reserva de dividendos a distribuir		Lucros (prejuízos) acumulados	
	Capital social	Reserva de Reavaliação	Reserva de dividendos a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total		
Em 31/12/2018	509.497	25.424	-	(103.718)	431.203		
Lucro líq. do exercício	-	-	-	70.654	70.654		
Em 31/12/19	509.497	25.424	-	(33.064)	501.857		
Red. do capital social	(33.064)	-	-	33.064	-		
Lucro líquido do exerc.	-	-	-	77.814	77.814		
Reserva legal	-	-	3.891	(3.891)	-		
Dividendos propostos	-	-	-	(28.212)	(28.212)		
Constituição de reserva de divid. a distribuir	-	-	45.711	(45.711)	-		
Aj. de reserva de reav. (25.424)	-	(25.424)	-	-	(25.424)		
Ajuste de reavaliação (29.621)	-	-	-	-	(29.621)		
Em 31/12/20	446.812	-	3.891	45.711	-		

Demonstração dos resultados abrangentes		Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	
Lucro líquido do exercício	77.814	70.654	77.814	70.654	
Itens a serem posteriormente reclass. para o result.	-	-	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	77.814	70.654	77.814	70.654	

Demonstração dos Fluxos de Caixa		Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1.972)	(22.002)	117.230	54.179	
Lucro antes do I.R. e C.S.	77.814	70.654	83.448	75.750	
Ajustes	-	-	-	-	
Depreciação e amortização	60	60	41.323	41.177	
Provisão para contingência	-	-	(26.917)	(21.804)	
Provisão de juros	3.864	-	10.171	14.443	
Equivalência Patrimonial	(82.274)	(73.481)	-	-	
Variação no capital circulante	-	-	-	-	
TVM	700	(17.666)	1.821	(15.361)	
Contas a receber de clientes	-	-	17.354	16.760	
Tributos diferidos e a recuperar	(128)	(150)	1.820	15.321	
Outros ativos	77	(1.346)	(261)	(820)	
Fornecedores	4	(86)	(267)	(1.228)	
Obrigações fiscais, sociais e trabalhista	10	13	(335)	(7.830)	
Passivo ambiental	-	-	550	71	
Dividendos pagos	(2.104)	-	-	-	
Outros passivos	5	-	1.711	(2.836)	
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	(1.972)	(22.002)	130.418	80.123	
Juros pagos	-	-	(7.554)	(14.443)	
I.R. e C.S. pagos	-	-	(5.634)	(11.501)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	-	(6.968)	(9.724)	
Adições ao imobilizado	-	-	(6.968)	(9.896)	
Baixas no imobilizado	-	-	-	172	
Fluxo de caixa das atividades de financiam.	(4.329)	29.979	(64.490)	(40.436)	
Amortização de principal e juros da dívida	(4.250)	21.970	(53.319)	(28.020)	
Partes Relacionadas	(79)	8.009	(11.171)	(12.416)	
Aum. (redução) de caixa e equival. de caixa	(6.301)	7.977	45.772	4.019	
Caixa e equival. de caixa, no início do exerc.	8.124	14			